



PPD

PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO

o

P P D

e a

LIBERDADE SINDICAL



O P. P. D. E A LIBERDADE SINDICAL

1 — Posição do PPD sobre o projecto Lei das **ASSOCIAÇÕES SINDICAIS**.

A Comissão Coordenadora do programa do Movimento das Forças Armadas entendeu dever tornar pública a posição assumida no **CONSELHO DOS 20**, acerca do projecto de lei sobre associações sindicais a debater no **CONSELHO DE MINISTROS**.

Parece assim lícito e útil esclarecer a opinião pública das razões pelas quais o Partido Popular Democrático entende que aquela orientação, como qualquer outra tomada de boa fé e no decurso dum processo de acelerado dinamismo, carece de revisão.

2 — A CONSTITUCIONALIDADE É ESSENCIAL

2.1. — O programa do M. F. A. não admite duas interpretações quanto

ao exacto alcance da expressão **LIBERDADE SINDICAL** que nele se contém.

Na verdade, o n.º 5-b) da Divisão B dispõe textualmente: «**LIBERDADE DE REUNIÃO E ASSOCIAÇÃO** :

EXPLICAÇÃO DESTE PRINCÍPIO — será (...) garantida a Liberdade Sindical, de acordo com Lei especial que regulará o seu exercício».

É, portanto, em aplicação do princípio da Liberdade de reunião e associação que se afirma garantida a Liberdade sindical, como resulta aliás da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Logo, quando se pretende afirmar a possibilidade duma certa «Liberdade Sindical» (qual? E para quem?) — está-se pura e simplesmente, a desvirtuar o Programa para o qual só há uma liberdade sindical — a que resulta do princípio da liberdade de reunião e associação.

Ora, o programa do M. F. A. é, como se sabe, texto constitucional fundamental. Pô-lo em causa é, consequentemente, infringir a Constituição.

- 2.2. — Para além, todavia, desta visão — a única clara e que o texto constitucional consente — importa salientar que o programa do M. F. A. não é, também, um texto constitucional qualquer. Com frequência crescente vem-se invocando em alguns círculos a necessidade duma legalidade revolucionária que ultrapassaria o chamado «legalismo».

A verdade é que, a revolução portuguesa é uma revolução original e um dos seus pontos essenciais é o facto do «**MOVIMENTO DOS CAPITÃES**», ter consagrado, expressa e claramente, a sua legalidade revolucionária, estabelecendo, com o seu programa, um texto constitucional básico a vigorar até à escolha, **PELO POVO**, de nova **CONSTITUIÇÃO**.

A esse texto básico e fundamental — o Programa do M. F. A. — aderiram não só os Partidos Políticos da Coligação como todo o **POVO PORTUGUÊS**.

Daqui resulta, necessariamente:

- a) que o compromisso de honra que o Programa do M. F. A. constitui não pode ser quebrado por nenhum dos seus participantes, sob pena de significar não só o rompimento do Pacto estabelecido como a admissibilidade de hipótese de que quem não aceite compromissos democráticos e de honra, em qualquer momento poderá infringir outras regras democráticas. Isto é: a democracia estará permanentemente ameaçada, porquanto não haverá quaisquer garantias, para os cidadãos e o País, de que a ordem democrática seja respeitada.

Nomeadamente, não poderá, a sancionar-se tal atitude, deixar de colocar-se a questão de saber se o resultado eleitoral virá a ser aceite.

- b) Nem a Comissão Coordenadora, nem qualquer ramo das Forças Armadas, ou estas no seu conjunto, poderão também alterar unilateralmente o Programa do M. F. A..

Ele é, agora já, um Pacto. Pô-lo em causa é pôr em causa a unidade entre o Povo e as Forças Armadas, que o Programa estabelece.

3 — O PROJECTO É INCONSTITUCIONAL

3.1. — Sendo a **LIBERDADE SINDICAL** definida no texto constitucional como aplicação do princípio de liberdade de reunião e associação, resulta suficientemente claro aos olhos de quem não pretende confundir ou confundir-se que :

- a) Não há liberdade de associação quando, por lei, se impõe associações sindicais únicas, seja em que nível for (sindicato de base, união, federação e confederação);
- b) Não há liberdade de associação quando a lei atribui ao Sindicato de ramo de actividade, uma vez cons-

tituído, a representação de todos os trabalhadores do sector, isto é, um exclusivo legal de representação como no regime fascista;

- c) Não há liberdade de associação quando a lei estabelece que todo o trabalhador deve inscrever-se no sindicato que na área da sua actividade representa a respectiva categoria;
- d) Não há liberdade de associação quando se estabelece na lei que só pode haver uma única confederação geral dos sindicatos, e só essa se pode filiar em organizações internacionais, recusando-se esta liberdade ao nível das federações;
- e) Não há liberdade de associação nem independência sindical quando a lei atribui aos empregadores a obrigação de descontar as cotizações sindicais dos trabalhadores, permitindo assim ao patronato o controle das receitas sindicais.

E outros aspectos poderiam ser mencionados.

3.2. — Sendo a liberdade sindical uma expressão da liberdade de associação, e sendo esta (e, portanto, também aquela) uma liberdade fundamental da pessoa humana, constante da Declaração Universal dos Direitos do Homem, (artigos 20.º e 23.º, n.º 4) é forçoso concluir que defender esta liberdade não é ser «liberalista».

É, muito pelo contrário, respeitar a natureza **INDISPONÍVEL** e **IRRENUNCIÁVEL** que as caracteriza. Pelo que, logicamente, não pode nunca ser posta em causa, nem submetida a qualquer espécie de votação.

A razão é simples: **OS DIREITOS E LIBERDADE FUNDAMENTAIS DO HOMEM NÃO SE PÕEM A VOTAÇÃO; RESPEITAM-SE.** Em conclusão: O projecto da lei sindical é verdadeiramente inconstitucional e ofensivo da **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS E LIBERDADE FUNDAMENTAIS DO HOMEM.**

3.3. — Poderia ainda acrescentar-se numa perspectiva mais ampla, que

os problemas nacionais (e todos os problemas respeitantes aos **DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS SÃO PROBLEMAS NACIONAIS**) não podem ser reservados à discussão e à decisão de classes ou grupos de cidadãos.

PARA A POLÍTICA SER DE TODOS, E NÃO APENAS DE ALGUNS, SE FEZ O 25 DE ABRIL.

Em democracia, a vontade da maioria respeita-se sempre que não estejam em causa os direitos e liberdade inalienáveis das minorias. É essencial à democracia pluralista a certeza de que mesmo uma maioria não pode impor ou sacrificar as liberdades fundamentais das minorias.

Não seria lícito que, por exemplo, uma votação decidisse, por maioria, o partido único — seria contrário à própria ideia democrática, aos direitos fundamentais, à democracia pluralista que o M. F. A. se comprometeu a oferecer ao País.

Não seria lícito, igualmente, que qualquer votação — que agora não foi feita — impeça os trabalhadores de se associarem no sindicato da sua escolha.

É EXACTAMENTE NISTO QUE SE DISTINGUE A DEMOCRACIA PLURALISTA DOS ESTADOS TOTALITÁRIOS, CLARAMENTE INCOMPATÍVEIS COM O ESPÍRITO E O PROGRAMA DO 25 DE ABRIL.

Fica, assim, claramente evidenciado que a questão da liberdade sindical não se põe em causa através de quaisquer votações ou manifestações seja de quem for.

Acresce, porém, que o processo a que o País assistiu, não só é ilegítimo para pôr em causa a liberdade sindical, como ainda decorreu em termos que não respeitaram as mais elementares regras de democraticidade.

4 — OS TRABALHADORES NÃO ESCOLHERAM

4.1. — Tem sido afirmado, até a um nível oficial, que deveria ser res-

ponsável, que a maioria dos trabalhadores se pronunciou a favor da unicidade sindical.

Assim, o projecto, na sua fase final, corresponderia à vontade dos trabalhadores manifestada «em centenas de assembleias e votações».

PURA E SIMPLEMENTE, ISTO NÃO É CORRECTO NEM VERDADE. Constitui, antes, uma mistificação grosseira, em que preferimos pensar que ingenuamente colaboraram instâncias oficiais.

A mentira repetida tornou-se «verdade» e como verdade foi tomada.

Mas cada um de nós poderá hoje mesmo aferir da falta de verdade total daquela afirmação: basta levar a cabo uma sondagem representativa aos trabalhadores para logo se averiguar se foram consultados e como se pronunciaram aqueles que o foram.

Logo se verificará que muitas assembleias e muitos trabalhadores se pronunciaram **CONTRA** a unicidade sindical e que o que aconteceu é que as censuras internas com as quais se tenta também a «unicidade» da informação impediram a difusão dessas notícias.

Para já não falar na grande percentagem dos que não foram consultados ou não se pronunciaram.

O PPD — UMA VEZ QUE ISSO NÃO FOI FEITO NEM PELA INTERSINDICAL NEM PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO — FORNECERÁ AO CONSELHO DOS VINTE E DIFUNDIRÁ AS LOCALIDADES ONDE SE EFECTUARAM REUNIÕES E O NÚMERO DE PRESENÇAS VERIFICADO PARA QUE POSSA SER COMPARADO O NÚMERO DE PESSOAS CONSULTADAS COM O DE TRABALHADORES PORTUGUESES.

4.2. — Poderá ainda referir-se que foi estabelecida uma confusão entre expressões de som semelhante — «unicidade» e **UNIDADE** — pelo que o esclarecimento efectuado é, pelo menos, duvidoso.

4.3. — Restará perguntar se, ainda que o processo não tenha sido

suficientemente claro e democrático, não terá que considerar-se ratificado pelas manifestações públicas de trabalhadores depois efectuadas. Mas aí a resposta democrática é uma só e não varia entre Setembro e Janeiro.

AS MANIFESTAÇÕES DE MASSAS, SEMPRE QUE SÃO ORQUESTRADAS, SILENCIOSAS OU RUIDOSAS, PÕEM SEMPRE EM CAUSA A VALIDADE DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS QUE CARICATURAM E DETURPAM.

Não há qualquer ilacção possível a tirar delas. A história está cheia de exemplos de demonstrações de massas, mesmo de massas trabalhadoras, que agora se vê que serviram para preparar o cortejo fúnebre das liberdades. Infelizmente os trabalhadores têm sido presa, muitas vezes fácil, dos desígnios que não são os seus.

Confiamos que a jovem democracia portuguesa não necessite, em permanência e sobressalto, de recorrer novamente a barricadas para sua defesa.

- 4.4. — Necessário é ainda pôr em realce que um elemento perturbador mais se verificou na manifestação pró-unicidade, embora certamente não fosse essa a intenção.

A intervenção do Conselho Superior do M. F. A., surgida na véspera, foi interpretada — e ajudada a interpretar — como aval do M. F. A., à manifestação.

Conhecida a importância do M. F. A. na vida política portuguesa, fácil é adivinhar como esta intervenção terá sido determinante para muitos que na manifestação se integraram.

- 4.5. — Por outro lado, o Secretário de Estado do Trabalho introduziu no debate público algumas informações erradas. Como aquele membro do Governo não representa qualquer partido, conforme informação que à imprensa prestou e se lhe terá afigurado necessária, parece útil, na mesma base de esclarecimento, fornecer-lhe algumas breves indicações que lhe permitirão, em ocasiões futuras, melhor esclarecer o País.

Assim :

Na Alemanha Federal e na Inglaterra **NÃO EXISTE UNIDADE SINDICAL** imposta na Lei, isto é: Unicidade. Sucede, até, que na Inglaterra nem Lei Sindical equiparável existe. Pelo que respeita à Alemanha Federal, existem quatro centrais sindicais, embora seja certo que uma delas (a D. G. B., de orientação Social-Democrata) é esmagadoramente maioritária.

Na verdade ,na Europa, só regimes ditatoriais ou de partido único consagram ou consagravam a unicidade sindical na Lei. Foi, como se sabe, o caso português até ao 25 de Abril... e esperamos que não continue.

A sua referência aos Estados Federais desconhece que a ratificação das convenções de trabalho se verifica ao nível dos estados federados.

Da importância da O. I. T. e da sua **CONVENÇÃO 87**, seriam particularmente elucidativos todos os documentos escritos pelos anti-fascistas portugueses antes do 25 de Abril.

Bastará, no entanto, transcrever palavras do primeiro Ministro do Trabalho Avelino Gonçalves (de quem foi colaborador directo o Dr. Carlos Carvalhas) em nome da Delegação Portuguesa na 59.^a Sessão da O. I. T.: «O Programa do M. F. A. e do Governo Provisório que governará o País durante um ano, isto é, até às eleições legislativas, serve, de imediato, alguns dos interesses dos trabalhadores, na medida em que garante o exercício das liberdades democráticas, a liberdade sindical, de acordo com as Convenções Internacionais em especial as Convenções 87.^a e 98.^a». A transcrição é do «**SINDICATO DOS ESCRITÓRIOS**» N.º 1.º, II Série de Agosto de 1974.

Na «**SEARA NOVA**» N.º 1.545 de Julho do mesmo ano, Alberto Pedroso recordava que Portugal não tinha ainda ratificado a Convenção 87.^a, dizendo: «o fascismo «não teve tempo» durante um quarto de século após a sua adop-

ção pela O. I. T. de proceder a sua rectificação e aplicação... Concordamos que foi coerente consigo mesmo». Limitamo-nos a acrescentar que há mais quem esteja a ser «coerente consigo mesmo» e **SÓ** consigo mesmo coerente.

Quanto à Intersindical, é notório que só muito recentemente aderiu também a esta coerência, porquanto já depois do 25 de Abril em documentos públicos, se comprometeu a respeitar a Convenção 87.^a, e outras, da O. I. T. (ver edição da Intersindical comemorativa do 4.º aniversário, pág. 33, onde se propõe, textualmente, através de uma Comissão: «proceder desde já ao estudo do projecto da nova legislação sindical e do trabalho, tendo por base as Convenções 87.^a, 98.^a e outras da O. I. T....»). Sem comentários.

5 — A UNICIDADE É CONTRÁRIA À UNIDADE E NÃO SERVE OS TRABALHADORES

5.1. — A unicidade legalmente imposta implica para os trabalhadores a obrigação de **SEMPRE** obedecerem ao comando da facção partidária que se instalar, no domínio do aparelho sindical.

A experiência de quarenta e oito anos de fascismo é concludente: a obrigatoriedade imposta aos trabalhadores de filiação em determinados sindicatos era uma tentativa de minar a sua coesão e solidariedade, e não o contrário.

Os dirigentes sindicais, por isso mesmo e salvo raras excepções, nunca foram independentes: ou puderam ser militantes anti-fascistas apesar de todas as limitações, ou estavam comprometidos com o regime.

Diz-se, e melhor poderá a Intersindical esclarecer o País, que alguns «acumulavam»... É urgente esclarecer quem traía.

5.2. — Sem o conhecimento real dos homens e das suas ideias que só o contacto directo permite, os trabalhadores votarão Partidos para as cúpulas sindicais ou, sofrerão passivamente, desinteres-

sadamente — como já está acontecendo — a acção dessas cúpulas.

Minimamente se sentem representados. Breve ultrapassarão os espaltilhos que querem impor-lhes.

Reconhecerão então quem está com os trabalhadores e quem procura manipulá-los para atingir outros interesses e finalidades.
NENHUMA LIBERDADE, NENHUMA DEMOCRACIA SÃO POSSÍVEIS NO INTERIOR DO SINDICATO ÚNICO IMPOSTO

Os exemplos estão à vista.

E também não consta que, nos países de unicidade sindical, isto é, imposta por lei, esses sindicatos sejam de qualquer modo reivindicativos ou os trabalhadores vivam melhor.

6 — A POSIÇÃO DO PPD

- 6.1. — Ao pronunciar-se inequívoca e intransigentemente pela liberdade sindical, o PPD defende com igual empenho e vigor a **UNIDADE DOS TRABALHADORES**.

A liberdade e a unidade não se opõem, ao contrário do que se tem procurado, com má fé, afirmar à opinião pública. Basta lançar os olhos pela Europa toda, sem excepção, e ver que **SÓ HÁ UNICIDADE LEGAL ONDE NÃO HÁ LIBERDADE, E EXISTE SEMPRE LIBERDADE ONDE EXISTE UNIDADE SINDICAL**. Reclamando-se como defensor de uma linha social-democrata, o PPD pode invocar o exemplo do movimento social-democrata, europeu, que é aquele que realizou os mais destacados exemplos de unidade sindical: precisamente os casos da Inglaterra e da Alemanha Ocidental, que o Secretário de Estado do Trabalho citou, a que poderia acrescentar o exemplo dos países nórdicos.

É falsa, pois, a acusação de que a defesa da liberdade é dividir os trabalhadores.

Quem, seguramente, divide e dividirá os trabalhadores são aqueles que lhes querem impôr sindicatos únicos, porque os trabalhadores não estão, nem estarão, todos de acordo. Quem divide, e

dividará, os trabalhadores, são as auto-invocadas vanguardas, que reclamam para si o papel de liderança, transformando os sindicatos em «alavancas» e «correias de transmissão».

- 6.2. — Os dados de facto e os argumentos de discussão foram falseadas. A boa fé da opinião pública do M. F. A., ao discutir o projecto, foi iludida. Haverá que, rapidamente, apurar quem foram os responsáveis, a todos os níveis, por se ter afirmado, **SEM VERDADE**, a audiência dos trabalhadores.

Haverá que responsabilizar quem deturpa a verdade dos factos.

ISSO IMPÕE A VERDADE E A DEMOCRACIA.

16/Janeiro/1975

Tipave-Aveiro — 1975

